

parcela do pensamento social-contemporâneo. Ao tomar partido na polêmica suscitada pela obra de Anderson, o texto introdutório torna explícito o caráter “engajado” dos estudos: parte do próprio objeto que se propõem a explicar, podem ser lidos como mais um capítulo do marxismo ocidental, escrito com a finalidade específica de divulgar e explicitar aspectos de um ideário ainda atual e capaz de dar conta do presente histórico. A adesão ao objeto de estudo configura um aspecto marcante, e sujeito a polêmica, desta coletânea. Por um lado, ao apresentar a corrente aí pesquisada como sendo a detentora da única crítica consistente ao capitalismo tardio e ao estalinismo, deixa na sombra não só a contribuição de outras linhagens intelectuais que, em interlocução com o marxismo, fazem incidir sua reflexão sobre as formas de domínio contemporâneas, mas, também, descarta como irrelevantes as análises teóricas produzidas por outros movimentos heterodoxos que insistiram em permanecer na luta política apesar da conjuntura adversa. Por outro lado, essa postura radical atenua-se à medida que os ensaios vão mostrando seja a dívida

do marxismo ocidental para com outras correntes do pensamento, seja o alternar-se da descrença e da esperança, do engajamento e do distanciamento nos diferentes enfoques da relação entre teoria e prática.

Tal alternância expressa-se de forma exemplar no percurso intelectual de Marcuse, o frankfurtiano que nunca deixou de associar a eficácia dos mecanismos de controle do espírito ao seu lastro material — a integração das grandes massas aos mercados de trabalho e consumo capitalistas. Numa apreciação similar, Isabel Maria Loureiro — em seu comentário à entrevista-testamento de Marcuse a Habermas —, interroga-se sobre as possibilidades de estabilização do capitalismo numa conjuntura como a atual, em que este se mantém pela exclusão violenta da maioria pobre do planeta. Esta questão sintetiza lapidarmente a problemática central posta por estes “capítulos do marxismo ocidental”, ao investigar as condições materiais e espirituais para a emergência de uma perspectiva política concreta capaz de superar o universo reificado e erguer uma convivência humana radicalmente diferente.

## Michael Klare

*Rogue States and nuclear outlaws (America's search for a new foreign policy)*, Nova York, Hill and Wang, 1996.

João Roberto Martins Filho (Professor de Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos)

Dois fatos recentes tornaram ainda mais atual este livro de Michael Klare, especialista em estratégia e professor de Paz e Segurança Mundial no Hampshire College, Estados Unidos, que desde o anos 70

escreve sobre a política de defesa norteamericana. O primeiro foram os ataques que o presidente Clinton ordenou contra as cidades iraquianas de Bagdá, Basra e Tikrit, no dia 16 de dezembro passado, nas

vésperas da aprovação do processo de *impeachment* de seu mandato no Senado americano e poucas horas antes de se iniciar o ramadã — mês sagrado muçulmano.

O segundo, a iniciativa presidencial de propor, no começo deste ano, o maior orçamento militar depois dos tempos de Reagan, bem como o maior aumento dos soldos desde 1982. Em termos reais, se o Congresso aprovar a proposta, isso significará um acréscimo de 12 bilhões de dólares para o próximo ano fiscal e de 100 bilhões para os próximos seis anos. Ao atender às pressões militares e dos *lobbies* armamentistas — que alegam a deterioração dos níveis de prontidão dos Estados Unidos, devido ao baixo recrutamento, equipamento obsoleto, crescimento do terrorismo e das operações em terras distantes — Clinton, pela primeira vez, mudou sua prioridade nos gastos internos. Em seu discurso, ele anunciou que o aumento orçamentário permitirá introduzir a nova geração de navios, aviões e sistemas de armamentos.<sup>1</sup>

A ação contra o Iraque e a nova proposta orçamentária são duas faces da mesma moeda. Consolidam quase uma década da nova política militar americana do pós-guerra fria, que encontrou nos Estados “malvados” (*rogue*) e nos “marginais” (*outlaws*) da política internacional a justificativa perfeita para superar a breve crise de identidade do aparelho militar americano que se seguiu à queda do muro de Berlim. Ninguém melhor do que

Saddam Hussein — o ditador personalista e imprevisível do Iraque — para corporificar a imagem do vilão inimigo em que se concentrou a estratégia militar voltada para conseguir do Congresso o mínimo de cortes orçamentários depois que a União Soviética afundou e, com ela, as anteriores hipóteses de guerra centradas num conflito não nuclear contra forças do Pacto de Varsóvia.<sup>2</sup>

*Rogue States and nuclear outlaws* acompanha com análise competente e riqueza de detalhes os debates, guinadas e correções de rota do planejamento estratégico-imperialista a partir de 1989, quando os Estados Unidos viu-se subitamente sem inimigos que justificassem a manutenção de seu gigantesco aparato militar antes voltado contra a União Soviética. Sob ataque de intelectuais como Paul Kennedy (autor do famoso *Ascensão e queda das grandes potências*)<sup>3</sup> e até de ex-entusiastas do poder militar ianque, como o presidente do Banco Mundial, Robert McNamara — secretário de defesa na época da guerra do Vietnã — que passou a insistir em 1990 nos chamados “dividendos da paz”, a parcela dos gastos públicos que poderiam ser desviadas de bombas e mísseis para pacíficas escolas e hospitais — o Pentágono e seus amigos viram-se, de repente, na obrigação de apresentar à opinião pública um inimigo verossímil e concreto. A situação estava assim quando, em agosto de 1990, Saddam Hussein invadiu o Kuwait.

1. Ver “Clinton seeks \$12B military spending increase”, despacho da AP, datado de 2/1/99, publicado na edição eletrônica do *Washington Post*.

2. O autor mostra, contudo, que os aspectos centrais desta doutrina foram incorporados às transformações que vieram a seguir.

3. Rio de Janeiro, Campus. 1989. A edição americana é de 1987. A hipótese de Kennedy nesta obra é assim resumida: “Se uma proporção demasiado grande dos recursos de um país é desviada da criação de riqueza e atribuída a fins militares, torna-se então provável que isto leve ao enfraquecimento do poderio nacional, a longo prazo”. (p. 2)

Mais ou menos a essa época, um setor das Forças Armadas dos Estados Unidos, liderado pelo recém-nomeado chefe do Estado-Maior das Forças Armadas do presidente George Bush, Collin Powell, já decidira esquecer a falta que a União Soviética fazia aos chefes militares americanos e centrar fogo numa idéia-mãe: com ou sem soviéticos, os Estados Unidos precisavam manter seu *status* de superpotência. O passo seguinte foi refinar a busca de um novo conjunto de inimigos mais convincentes que a combalida Rússia, os aliados europeus ou japoneses. Não é de surpreender que os olhos dos militares tenham se voltado para os países com capacidade militar no Terceiro Mundo.

Na sua meticulosa análise dos documentos oficiais de seu país, Klare mostra como o primeiro grupo de possíveis inimigos compreendia 16 “potências regionais emergentes” — incluindo o Brasil — que tinham exércitos de tamanho razoável e aspirações hegemônicas regionais.<sup>4</sup> Nos meses seguintes, o figurino pareceu se ajustar melhor a dez países: Egito, Índia, Irã, Iraque, Israel e Líbia, Paquistão, Síria e as duas Coreias. No entanto, a óbvia dificuldade de apresentar nações tradicionalmente aliadas como o novo espantalho do mundo pós-guerra fria reduziu um pouco mais o espectro, ao mesmo tempo em que os documentos militares começavam a se concentrar menos na capacidade militar que na psicologia dos pretensos inimigos. O principal desvio de caráter dessas nações e governantes seria a sua incapacidade psicótica de se adaptar ao convívio normal do mundo civilizado. A cena estava pronta para Saddam Hussein.

Paralelamente a esse esforço de definição de inimigos, era necessário elaborar uma justificativa estratégica que possibilitasse alcançar o principal alvo do Pentágono e seus aliados: apresentar convincentemente a idéia de que o fim da União Soviética e do comunismo não eram suficientes para interromper a interminável construção do aparato de alta tecnologia a que se acostumaram as quatro Forças Armadas americanas. Foi esse o propósito do debate que acabou por se concentrar na capacidade de projetar poder a longa distância e enfrentar duas guerras no Terceiro Mundo ao mesmo tempo. Uma vez vitoriosa, essa proposta permitiu manter os cortes orçamentários no nível de três quartos dos efetivos e equipamentos do período da Guerra Fria.

A Guerra do Golfo aparece, assim, não apenas como mais uma aventura imperialista, mas como a ansiada demonstração no campo de batalha da eficácia e necessidade das Forças Armadas *hightech* do pós-Guerra Fria. Semi-aliado dos Estados Unidos, desde o início da guerra contra o Irã (onde a demonologia americana encontrou outro tipo ideal em Khomeini), foi sob a convivência dos Estados Unidos e das potências européias que Saddam Hussein construiu o arsenal de 100 mil armas químicas e centenas de mísseis, capaz de dar verossimilhança à teoria dos estados malvados. O fato de que tenha invadido o Kuwait sem considerar o clima vigente nos Estados Unidos e tenha permanecido no país invadido durante meses sem nenhuma ação — aguardando que o inimigo erigisse as condições logísticas, políticas e de opinião pública

4. Nesse sentido, o livro de Klare lança nova luz sobre a conjuntura mundial que provocou forte reação antiamericana no seio das Forças Armadas brasileiras depois de 1990. Para uma análise dessas atitudes, ver João Roberto Martins Filho e Daniel Zirker, “The brazilian military and the new world order”, *Journal of Political and Military Sociology*, 24 (Verão): 3155.

ideais que permitiram sua derrota — não parece falar muito bem da inteligência política ou militar do ditador iraquiano.

A análise de Klare sobre as operações no Kuwait e depois no Iraque é leitura obrigatória. Debruçando-se sobre cada um dos aspectos do esforço de guerra americano: inteligência, planejamento e execução, ele mostra não apenas a incomparável superioridade tecnológica e bélica da superpotência, como as falhas evidentes — as quais questionam a propalada perfeição das novas tecnologias.

Depois da guerra, tratava-se de apresentar e defender a tese de que as operações no golfo tinham confirmado as previsões estratégicas do Pentágono. Klare acompanha então as lições que os chefes militares escolheram para reforçar seus argumentos voltados para a opinião pública e o Congresso americano. Em síntese, foram extraídos quatro ensinamentos: 1) a guerra tecnológica funciona; 2) quem domina a nova guerra é o poder aéreo; 3) sem a participação equilibrada das quatro forças armadas a vitória não seria tão completa e 4) o segredo foi a mobilidade estratégica aprimorada.

Contra eles, o autor levanta com perspicácia três lições sintomaticamente esquecidas: 1) a vitória militar nem sempre implica na vitória política (afinal Saddam Hussein continua no poder, tantos anos depois); 2) sem o complexo sistema de aliados — principalmente no mundo árabe — a logística americana

estaria severamente prejudicada e 3) as peculiaridades da guerra no deserto kuwaitiano e iraquiano fizeram da Guerra do Golfo um caso único, e não exemplar do campo de batalha no pós-guerra fria.

Deixo ao leitor interessado o prazer de percorrer por si mesmo a minúcia da argumentação de Klare. Chamo apenas a atenção para a página 93, onde ele prevê que, depois do Golfo, certamente muitos exércitos do mundo elaboraram jogos de guerra levando em consideração as características da guerra pós-moderna, e provavelmente, desenvolveram hipóteses não convencionais para enfrentar uma eventualidade semelhante. Nesse sentido, é pouco conhecida a hipótese de guerra criada nos últimos anos pelo Exército brasileiro, de enfrentamento de uma invasão da Amazônia por forças coligadas das grandes potências, e que prevê a transformação temporária de alguns de nossos batalhões em forças de guerrilha, para ganhar tempo até que a opinião pública do Primeiro Mundo se encarregue de parar a guerra.<sup>5</sup>

O livro também ajuda a entender o porquê das regulares declarações nacionalistas dos militares brasileiros com relação à Amazônia. Contudo, embora tenha se especializado no início de sua carreira na ajuda militar americana à América Latina (ver seu livro *Supplying repression*), Klare não entra na questão da política específica dos Estados Unidos para a região.<sup>6</sup> Mesmo assim, seu texto

5. Ver a este respeito o artigo “Guerrilha na Amazônia: uma experiência no passado, o presente e o futuro”, do coronel Alvaro de Souza Pinheiro, em *Air Power* (edição internacional), 2. trimestre 95: 14-30, disponível em português na Internet no endereço: [www.cdsar.af.mil/apj-p/ppinheiro.html](http://www.cdsar.af.mil/apj-p/ppinheiro.html).

6. Vale a pena ler, neste sentido, o recente levantamento de toda a documentação americana sobre a assistência militar à América Latina e ao Caribe, publicado em *Just the facts: a civilian's guide to United States. defense and security assistance to Latin America and the Caribbean* (Washington, Latin America Working Group, 1998). O texto pode ser encontrado gratuitamente no site do grupo na Internet: [www.ciponline.org/facts](http://www.ciponline.org/facts).

pode tirar o sono de militares do Terceiro Mundo, embora ele mesmo se encarregue de mostrar os limites da ação americana no Golfo. Afinal, a pontaria da “guerra espacial” não foi assim tão certa e lutar no deserto plano e árido é mais fácil que em qualquer outro terreno. Além disso, Saddam Hussein não é nenhum gênio militar. Por fim, como foi recentemente revelado, mesmo o magnífico espetáculo televisivo de interceptação de um míssil iraquiano foi, na verdade, um artefato americano que explodiu a meio caminho.

Mais eficaz do que os armamentos foi a transformação da doutrina dos estados “malvados” em dogma da estratégia americana no pós-guerra fria. Desde seus discursos de campanha, Bill Clinton deixara claro que, neste aspecto, seu governo nada mudaria em relação ao de George Bush. O texto é coroadado com reflexões sobre as reais ameaças do mundo caótico do pós-guerra fria e com uma discussão sobre quais deveriam ser efetivamente as preocupações estratégicas em um mundo voltado para a paz:

o controle do comércio de armas, a retomada do desenvolvimento e o isolamento dos estados que se recusassem a cumprir uma agenda de superação da discórdia mundial, na véspera do terceiro milênio.

Exatamente o caminho oposto ao seguido pelos Estados Unidos na última década. A recente operação no Iraque parece ter sido apenas mais um capítulo da novela que poderíamos chamar “Em busca de um inimigo” — cujo enredo requer a presença de consumados vilões, a justificar não apenas a existência do xerife, como o constante aprimoramento dos mísseis que leva no coldre. Em referência à anterior “Tempestade no Deserto”, a operação de dezembro de 1998 se chamou “Raposa do Deserto”. Esperam-se para breve as seqüências. Afinal, pelo menos no Congresso americano, o filme tem alcançado seguro sucesso. O custo total das entradas para a população americana: 12 bilhões de dólares, só no próximo ano fiscal. Nem Spielberg podia esperar tanta bilheteria.

## Subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional

*A revolução invencível — Cartas e comunicados.* Boitempo Editorial.  
Nildo Domingos Ouriques (Professor de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina)

No dia 1º de janeiro de 1994, no exato momento em que entrava em vigor o Tratado de Livre Comércio, Nafta entre os Estados Unidos, o México e o Canadá, surgiu na cena política mexicana o

Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Os “mascarados” ocuparam cinco cidades do Estado de Chiapas, ao sul do México, decretando guerra contra o exército mexicano, exigindo a renúncia

FILHO, João Roberto Martins. Resenha de: KLARE, Michael. Rogue States and nuclear outlaws [America's search for a new foreign policy]. Nova York: Hill and Wang, 1996. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.8, 1999, p.154-158.

***Palavras-chave:*** Estados Unidos; Guerra do Golfo; Iraque; Pós-Guerra Fria.